



Servidores também podem aderir ao novo Desenrola

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta segunda-feira, 4 de maio, a medida provisória que cria o novo Desenrola Brasil, um programa de renegociação de dívidas voltado a pessoas com renda de até cinco salários mínimos (R\$ 8.105). Entre os beneficiados estão servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas.

A iniciativa permite negociar dívidas como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal, com descontos que podem chegar a até 90%. O objetivo é aliviar o orçamento das famílias e reduzir o alto nível de endividamento no país.

Além disso, a Medida Provisória nº 1.355, que entrou em vigor nesta terça-feira (5), traz mudanças importantes no crédito consignado (aquele descontado diretamente na folha) para servidores públicos. As novas regras ampliam a flexibilidade no uso da margem consignável, permitindo maior autonomia para escolher como usar o limite disponível.

Pelas novas regras, o limite máximo de comprometimento da renda com consignações facultativas cai de 45% para 40%. Dentro desse percentual, deixa de existir a obriga-

toriedade de reservar 10% exclusivamente para cartão consignado e benefícios. Agora, o servidor pode decidir como utilizar esse valor.

O texto também prevê uma redução gradual desses limites a partir de 2027, até chegar a 30% no total em 2029. Contratos já firmados não serão afetados e seguem com as condições originais até o fim.

Como funciona o Desenrola

Para participar, os interessados devem procurar os canais oficiais dos bancos e instituições financeiras. A mobilização terá duração inicial de 90 dias.

O programa oferece:

- Novo crédito para quitar dívidas atrasadas entre 90 dias e 2 anos (contratadas até 31 de janeiro de 2026);
- Juros de até 1,99% ao mês;
- Prazo de até 48 meses para pagamento;
- Limite de até R\$ 15 mil por pessoa, por instituição financeira.

Também será possível usar parte do FGTS para quitar débitos: até 20% do saldo ou R\$ 1 mil (o que for maior). O valor será transferido diretamente pela Caixa ao banco credor.

Contexto do endividamento

Para a vice-presidente da CUT, Juvandia Moreira, o alto endividamento da população está ligado às taxas de juros elevadas.

Segundo ela, grande parte da renda dos trabalhadores é comprometida com dívidas básicas, o que aumenta a desigualdade e dificulta o equilíbrio financeiro das famílias.

Outras regras

O programa também prevê:

Criação de um fundo garantidor com recursos públicos e dinheiro esquecido em bancos;

Bloqueio por um ano em plataformas de apostas online para quem aderir ao programa.

O novo Desenrola foi dividido em quatro frentes: famílias, estudantes do Fies, empresas e produtores rurais.

Com isso, o governo busca ampliar o acesso ao crédito e facilitar a renegociação de dívidas, incluindo também servidores públicos entre os beneficiados pelas novas condições.

Com informações da Agência Brasil, Portal CUT e Extra.



Na Câmara dos Deputados, presidente da CUT defende redução da jornada para 40 horas

O presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, defendeu a aprovação do fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pauta histórica da Central, em reunião, nesta terça-feira (5), com parlamentares da Comissão Especial criada para analisar a proposta na Câmara dos Deputados. As centrais sindicais foram recebidas pelo presidente da Comissão, deputado Alencar Santana (PT-SP); o relator, Léo Prates (Republicanos-BA), o líder do governo, Paulo Pimenta (PT-RS), além de outros parlamentares do colegiado.

Segundo o presidente da CUT, a prioridade é garantir mudanças concretas nas condições de trabalho, independentemente do instrumento legislativo adotado. “O que queremos é resolver o problema. Seja por PEC (Proposta de Emenda à Constituição) ou projeto de lei, o fundamental é garantir a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, com dois dias de folga e escalas definidas por negociação coletiva”, afirmou Sergio Nobre.

O presidente da CUT destacou que debates sobre exceções, como em atividades essenciais ou com regimes diferenciados, a exemplo de trabalhadores embarcados, eletricitários em áreas remotas ou profissionais da saúde, não devem impedir o avanço da medida. Segundo ele, essas situações já encontram solução na negociação coletiva, que permite ajustar especificidades sem comprometer a regra geral.

Segundo ele, a redução da jornada não representa apenas custo, mas também traz ganhos para as empresas. Sergio Nobre citou impactos positivos já observados em categorias que conquistaram jornadas menores por meio de acordos coletivos, como a redução do adoecimento, das faltas e a melhora no ambiente de trabalho.

Fim da escala 6x1 e redução da jornada são positivos para a economia, diz Ipea

“Quando o trabalhador tem mais tempo de descanso, ele falta menos e adocece menos. Isso reduz custos e melhora a produtividade”, disse.

O presidente da CUT também apontou que há segmentos empresariais favoráveis à mudança, especialmente aqueles que já operam com jornadas de 40 horas e enfrentam concorrência desigual. “Essas empresas defendem a medida porque ela nivela a competição”, explicou, ao criticar entidades patronais que não mantêm diálogo com sindicatos.

O que está em discussão?

O Projeto de Lei (PL) nº 1838/2026, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Lula em regime de urgência no dia 14 de abril e precisa ser votado em até 45 dias. O texto prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, a garantia de dois dias de descanso remunerado e a proibição de redução salarial. Na prática, a proposta extingue a escala 6x1.

Outro texto em discussão é a PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que propõe a redução gradual da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais ao longo de dez anos.

De acordo com o relator da proposta, deputado Léo Prates (Republicanos-BA), foi apresentado o cronograma de trabalho da comissão especial. O parecer deve ser divulgado no dia 20 de maio, e a votação na comissão está prevista para o dia 26. A expectativa é que a Câmara vote a PEC até 28 de maio.

Live das centrais

Com a votação prevista para o fim de maio no Plenário da Câmara, as centrais ampliarão a mobilização nacional. Para isso, convocaram reunião virtual na próxima sexta-feira (8), às 10h, com sindicatos, federações e direções estaduais.

O objetivo é organizar ações nos estados para pressionar parlamentares em suas bases a apoiar o fim da escala 6x1. “Vamos mapear os deputados e estruturar um processo de convencimento nos territórios. Essa etapa é decisiva para garantir a aprovação da proposta”, disse o presidente da CUT.

A mobilização também defende a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para acessar o link da reunião virtual, entre em contato com a direção da sua Central.

Fonte: CUT